Referência	Título da norma harmonizada	Primeira publicação (a)
EN ISO 15 027-2:2002	Fatos de imersão — Parte 2 — Fatos de abandono — Requisitos incluindo os de segurança (ISO 15 027-2:2002)	10-4-2003
EN ISO 15 027-3:2002	Fatos de imersão — Parte 3 — Métodos de ensaio (ISO 15 027-3:2002)	10-4-2003
NP EN 24 869-1:1994	Acústica — Protectores auditivos — Parte 1 — Método subjectivo para a medição da atenuação sonora (ISO 4869-1:1990)	1-6-1995
EN 24 869-3:1993	Acústica — Protectores auditivos — Parte 3 — Método simplificado para medição das perdas de inserção dos protectores auditivos para fins de controlo de qualidade (ISO/TR 4869-3:1989)	16-12-1994
NP EN 50 237:2000	Luvas e mitenes com protecção mecânica para trabalhos eléctricos	19-1-2004
EN 50 286:1999	Fatos de protecção isolantes para instalações de baixa tensão	16-3-2000
EN 50 321:1999	Calçado electricamente isolante para trabalhos em instalações de baixa tensão	16-3-2000
EN 50 365:2002	Capacetes electricamente isolantes para utilização em instalações de baixa tensão	10-4-2003
EN 60 743:2001	Trabalhos em tensão — Terminologia para ferramentas, equipamento e dispositivos (IEC 60 743:2001)	10-4-2003
EN 60 895:2003	Trabalhos em tensão — Fato condutor para uso até 800 kV de tensão nominal em corrente alternada e ± 600 kV em corrente contínua	19-1-2004
EN 60 903:2003	Trabalhos em tensão — Luvas em material isolante	19-1-2004
EN 60 984:1992	Protector de braços em material isolante para trabalhos em tensão (IEC 60 984:1990 modificada)	4-6-1999
EN 60 984/A11:1997	Protector de braços em material isolante para trabalhos em tensão — Emenda 11	4-6-1999
EN 60 984/A1:2002	Protector de braços em material isolante para trabalhos em tensão — Emenda 1	10-4-2003

(a) Data a partir da qual a utilização desta norma assegura uma presunção de conformidade com as exigências essenciais de que a mesma trata.

EN — norma europeia.

NP EN — versão portuguesa da norma europeia.

EN ISO — norma internacional adoptada pelo Comité Europeu de Normalização (CEN).

A1 — aditamento.

A2 — aditamento.

A3 — aditamento.

A11 — aditamento.

Este despacho substitui todos os anteriores do Instituto Português da Qualidade publicados no *Diário da República* referentes a EPI: despachos n.ºs 3788/2001 (2.ª série), de 22 de Fevereiro, 9107/2001 (2.ª série), de 2 de Maio, e 22 714/2003 (2.ª série), de 21 de Novembro.

25 de Maio de 2005. — O Presidente, *J. Marques dos Santos*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas

Despacho n.º 13 496/2005 (2.ª série). — O Regulamento de Pesca na Ria de Aveiro, aprovado pela Portaria n.º 563/90, de 19 de Julho, prevê, no n.º 1 do artigo 9.º, a possibilidade de serem fixados anualmente, por despacho, os períodos de defeso para cada uma das espécies capturáveis, tendo, naturalmente, em conta a necessidade de protecção de determinada fracção dos recursos.

Assim, considerando o proposto pela Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, sob parecer do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, ouvida a Capitania do Porto de Aveiro, determino que, para o ano de 2005, é interdita a captura de berbigão (*Cerastoderma edule*) no período compreendido entre a data de publicação do presente despacho e 30 de Junho, por motivos de ordem biológica.

3 de Junho de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais

Despacho n.º 13 497/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece, no n.º 1 do artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado, por escolha, de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que o licenciado José Alberto Rasteiro Magalhães Castela, assessor principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, possui a experiência profissional e competência técnica adequadas às exigências do cargo de chefe de divisão da Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais;

Nomeio, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, o licenciado José Alberto

Rasteiro Magalhães Castela para o cargo de chefe de divisão da Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Maio de 2005. — O Coordenador, *Luciano Fernandes Lourenço*.

Curriculum vitae

Nome — José Alberto Rasteiro Magalhães Castela.

Dados pessoais — natural e residente em Condeixa, 56 anos, casado, dois filhos.

Habilitações académicas — diplomado em Administração Económico-Financeira, licenciado em Ciências Sociais e Políticas e pós-graduado em Estudos Europeus.

Experiência profissional — desenvolveu a quase totalidade da sua actividade profissional na Administração Pública, após uma breve experiência na actividade privada. Iniciou funções públicas em 1977, como técnico superior no ex-Fundo de Fomento de Habitação, transitando em 1979 para a Secretaria de Estado da Habitação, onde desempenhou funções de assessoria aos Secretários de Estado de Habitação dos V e VI Governos Constitucionais. Em 1980, tomou posse como director da Delegação de Coimbra da Obra Social do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (OSMOP), sendo empossado como vogal da direcção daquele organismo em 1987. A partir de 1990, passa a exercer as funções de director das Delegações de Coimbra e Porto da OSMOP, para, em 1994, tomar posse como chefe de divisão Administrativa e Financeira da Junta Autónoma do Porto da Figueira da Foz. Em 1997, passa a exercer funções de chefe de divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral (DRABL). Finda a comissão de serviço da DRABL, tem vindo a exercer funções de assessoria nas áreas de recursos humanos e de património.

Cursos e acções de formação — ao longo da sua vida profissional tem participado em vários cursos e acções de formação, em Portugal e na Comunidade Europeia, destacando-se, entre outros, pela sua importância, os cursos de dirigentes da Administração Pública, gestão orçamental pública, formação de formadores, gestão de excelência e qualidade na Administração Pública.

Actividade literária e participação social e comunitária — tendo sido colaborador de vários órgãos da comunicação social especializada